

A INCLUSÃO SOCIAL E A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL: UMA SITUAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Valéria Aparecida Bari (UFS)¹

Resumo: Este artigo discute a relação entre a inclusão social e a competência informacional, na situação da universidade brasileira da atualidade, na qual as políticas públicas em âmbito federal geram e fomentam diversos programas voltados para grupos sociais anteriormente excluídos das vivências do ensino superior. Conclui que a igualdade de condições na situação da formação universitária deve se dar por meio da disponibilização de bens culturais, privilegiando as necessidades informacionais heterogêneas dos ingressantes, enfatizando as novas funções sociais da Biblioteca Universitária no contexto da formação da competência informacional.

Palavras-chave: Inclusão Social, Bibliotecas Universitárias, Competência Informacional

Abstract: This paper discusses the relationship between social inclusion and information literacy, within the context of the present day Brazilian university, in which federal public policy generates and foments several programs directed towards social groups previously excluded from the experience of upper learning. It concludes that equality of conditions in the context of university education must happen by means of availability of cultural goods, with priority for enrolling students' heterogeneous information needs, with emphasis on the University Library's new social functions in the context of information literacy creation.

Key words: Social Inclusion, University Libraries, Information Literacy

Falar sobre inclusão sem leviandade requer o conhecimento sócio-histórico das relações humanas. Ou seja, a genealogia do conceito de inclusão está associada à própria concepção da ontologia do ser humano. O que parece uma obviedade nos dias de hoje, já foi assunto de profundos debates, onde instituições sociais paradigmáticas já contestaram a humanidade das pessoas pelo simples fato da cor de sua pele ser diferente, transformando seres humanos em “objetos sem alma”, comercializáveis, sacrificáveis diante do bem dos seres humanos reconhecíveis como tal.

Entremeadas em nossa história, inseridas em nossas instituições sociais da atualidade, por todo o mundo, estão idéias discriminatórias que, ainda hoje, privilegiam alguns grupos sociais e excluem outros. Na contracorrente da estabilidade

¹ Professora Adjunta I na UFS em abril de 2009. Desde outubro de 2009, ocupa o cargo de Coordenadora do Núcleo de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe - NUCI/CCSA/UFS. Endereço para acessar o Currículo Lattes de Valéria Aparecida Bari: <<http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>>. Endereço para acessar a tese de doutorado de Valéria Aparecida Bari: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27042009-121512/>> .

e continuidade deste estado injusto de coisas, movimentos sociais, no mundo, colocam em discussão a questão da inclusão.

Para conhecer melhor o presente e o futuro das demandas pela inclusão, é preciso estudar sua genealogia, diretamente ligada aos conceitos de cidadania, de democracia e de qualidade de vida.

Enquanto conceito que transversaliza e, até certo ponto, viabiliza os anteriores, a competência informacional está relacionada com a apropriação individual e coletiva do arcabouço cultural cumulativo da humanidade; seja em suas formas de expressão oral e visual, seja em seus diferentes registros nas linguagens e mídias analógicas e digitais.

Na situação universitária brasileira atual, a inclusão emerge como um dos tópicos de grande destaque e controvérsia, implicando na apropriação de bens culturais e níveis informacionais antes inexpugnáveis a maioria da população.

As questões relacionadas com os diferentes níveis de letramento e familiaridade com linguagens e suportes midiáticos são enfatizadas em contextos de ensino e aprendizagem, nos quais as formas de mediação não correspondem à bagagem cultural. Não há correspondência clara, inclusive em relação à disponibilidade de tempo e à retaguarda financeira dos protagonistas, indicando a reflexão de que a inclusão requer tratamento e disponibilidade de recursos diferenciados, para que os efeitos da educação superior resultem em turmas egressas mais homogêneas, no desenvolvimento de habilidades de competências.

Os mais recentes estudos indicam que, para impregnar a sociedade com o conhecimento, antes confinados em circuitos culturais limitados, é necessário o enriquecimento das vivências no ambiente universitário, mesmo que não estejam diretamente relacionadas aos conteúdos pragmáticos dirigidos ao âmbito profissionalizante. Ou seja, incluir grupos sociais na capacitação para o trabalho em nível superior, mas também incluir no pensamento, na reflexão, na fruição cultural superior, são novos objetivos desejáveis para a formação universitária, buscando a conceituação correta e as premissas básicas que diferenciam o paternalismo e o clientelismo da verdadeira inclusão social. E, obviamente, tudo se inicia por um aprofundamento nas relações políticas e nas representações sociais do que seja a inclusão desejável: a Cidadania e a Democracia.

O NASCIMENTO DOS CONCEITOS DE CIDADANIA E DEMOCRACIA

Pensar no ser humano como cidadão, credor de respeito e dignidade, não é uma idéia nova. Ela se inicia quase dez séculos antes de Cristo, ou seja, há trinta séculos passados, quando as primitivas religiões do oriente médio começaram a pregar o conceito de justiça divina; as deidades não mais se satisfaziam com sacrifícios e festivais quando havia pessoas padecendo de miséria e fome, replicavam “castigando os injustos governantes”, por meio das forças da própria natureza.

A humanidade cresceu, a navegação evoluiu e os povos do mundo europeu e asiático iniciaram um comércio internacional, comunicando-se amigavelmente e melhorando suas condições de vida, através do abastecimento diferenciado de alimentos, remédios, metais, tecidos, temperos, madeiras, corantes. Nesse momento histórico, iniciado por volta do século oito antes de Cristo, o povo grego introduziu uma forma de organização social ímpar, que serviu de modelo civilizatório até os dias de hoje: a cidade-estado.

Através da formação das chamadas “cidades-estado”, os gregos determinaram que uma comunidade devesse se organizar para tomar decisões conjuntamente, representadas por lideranças escolhidas pela própria comunidade. Assim, as decisões importantes para a comunidade da cidade eram tomadas pela *gerousia*, ou conselho de anciãos, nas cidades de aptidão agrícola, enquanto as cidades portuárias compunham a *boulé*, ou conselho de comerciantes. Assim, a estrutura administrativa das cidades-estado admitia a importância da população local na tomada das decisões que afetariam a sua vida, a sua forma de trabalhar, os tributos que deveriam pagar, os filhos que deveriam encaminhar ao exército.

Desse modo de vida e trabalho, administrado representativamente, nasceram dois conceitos essenciais para o destino da humanidade: o de Cidadania e o de Democracia. Porém, devido ao estágio inicial de civilização em que a humanidade se encontrava, ainda deparando-se com um mundo conturbado e primitivo, não era dada a todos a condição de cidadania nem o direito à representação democrática. Cidadão era, então, o homem com mais de trinta anos, livre, nascido e vivente em uma determinada cidade-estado, casado, com determinados recursos financeiros e educação. Os demais habitantes da cidade tinham de se considerar representados por estes homens, enquanto os estrangeiros, em particular, e as mulheres e jovens em geral não tinham direito público à palavra e ao voto.

A CIDADANIA E A DEMOCRACIA NA ATUALIDADE

Vinte e cinco séculos se passaram, desde então, e ainda existem países que, a despeito de se considerarem democracias, excluem das suas decisões primordiais as mulheres, os estrangeiros e os jovens, o que demonstra claramente a dificuldade no estabelecimento da cidadania plena e universal para parte da humanidade.

Na prática, isso significa que as prioridades para as nações ainda se estabelecem em torno dos interesses de uma minoria privilegiada. Aqueles que não se submetem à autoridade e aos interesses dessa minoria – de forma voluntária ou involuntária – por diferença cultural, relações de gênero, incapacidade, despreparo, discordância, problemas de saúde, deficiências orgânicas ou qualquer outra razão, são os “outros”, cuja sobrevivência, respeito e garantia de vida digna deixam de ser prioridade. Normalmente, os “outros” são colocados em condições adversas de vida, para o bem dos cidadãos, perpetuando relações de servidão, escravidão, inferioridade étnica, dominação, morte autorizada, tendo negada a sua condição de ser humano e, até mesmo, perpetrada a sua “coisificação”.

O amadurecimento da reflexão sobre a cidadania plena e suas implicações – iniciado no Iluminismo do séc. XVIII – fez com que o mundo repensasse sobre a essência da própria humanidade, considerando que qualquer ser humano merece pertencer a uma comunidade e dela participar plenamente. Apesar dos três séculos de discussão, ainda existem pessoas vivendo em condições indignas, desrespeitadas, não-representadas nas esferas de poder, invisíveis às decisões públicas e leis, que se encontram excluídas do pleno exercício de cidadania e sem direito a pronunciar-se publicamente.

O advento da Globalização e as novas tecnologias da comunicação, a despeito de todos os problemas criados em muitas comunidades locais, deram visibilidade mundial para o problema desses seres humanos, excluídos do próprio direito de nascer. Eles podem habitar os países pobres ou de economia emergente, mas também estão presentes nos países mais ricos, ou seja, espalhados pelo mundo. A exclusão dessas pessoas obedece a vários critérios, que variam conforme a Cultura local, podendo considerá-los seres humanos de segunda categoria se: tiverem nacionalidade ou procedência diferente; forem de etnia ou religião diferente; apresentarem características físicas ou mentais que restrinjam as suas ações, tornando-os diferentes;

se não forem do sexo masculino e adultos, diferentes de quem tem legitimidade para decidir.

Assim, o conceito de exclusão é necessariamente o irmão mais novo dentre os conceitos de cidadania e democracia, pois todo ser humano só tem a chance de sair do estado de exclusão quando a sociedade permite que este se torne um cidadão, ou seja, quando a sua “diferença” não o impede de ser igual aos demais em seus direitos.

Neste início de século vinte e um, a sociedade globalizada é palco de uma modificação na cultura mundial, onde a intelectualidade orgânica discute e lança o movimento de inclusão, em resposta universal à indignidade da vida humana em condições de exclusão.

Porém, a inclusão não é simplesmente a “assimilação” da minoria excluída pelos cidadãos constituídos, ignorando ou forçando o desaparecimento da “diferença”. Inclusão, enquanto conceito social, significa garantir os direitos de participação social de toda a humanidade, contemplando inclusive o seu inerente direito às diferenças individuais e grupais.

O CONCEITO DE INCLUSÃO: MARCO DA CIDADANIA DO SÉC. XXI

O progresso social e a ampliação da visibilidade internacional, através das mídias digitais, trouxeram articulação, para as minorias excluídas, em todo o mundo, fortificando os movimentos civis. Assim, os grupos indígenas, feministas, o movimento negro, os portadores de deficiências físicas e mentais, os miseráveis econômicos, os superdotados, os homossexuais, entre outros grupos discriminados, estão conquistando novo espaço de negociação.

A inserção social nas práticas cotidianas significa, sobretudo, nova participação social para aqueles que, sendo diferentes em sua identidade cultural, são iguais diante da humanidade. Isto por que a exclusão social não se resolve somente na melhoria da qualidade de vida, mas na oportunidade de convivência e participação social, de uma forma digna e produtiva.

A qualidade de vida se insere na questão da inclusão como um componente social regulado por um dispositivo legal específico, que vai auxiliar na consolidação dos direitos civis da minoria diante da maioria, mas não se deve esquecer que há inúmeras pessoas excluídas que vivem em “gaiolas de ouro”: os escravos de ideologias, os reféns de consciência, os cidadãos de regimes totalitários, que trocariam todos os

confortos pela liberdade de conversar, transitar pelos espaços públicos, reunirem-se livremente.

Assim, a inclusão de um cego não é apenas fornecer-lhe materiais de leitura em Braille, é a sinalização de ruas e pontos de ônibus, para que ele compareça sozinho a uma festa. O negro, o indígena e o egresso do ensino público vão ingressar nas universidades públicas por meio das cotas federais, mas só serão incluídos quando acessarem os conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências como os demais universitários e também puderem ter valorizada a sua bagagem cultural própria. O deficiente mental está ingressando nas escolas públicas, mas a sua inclusão se dará no momento em que a sua presença for acolhida com normalidade e o seu ritmo de aprendizagem for devidamente compensado, pois ele quer deixar de ser “uma eterna criança” e viver um mundo adulto de conhecimento e produtividade. A inclusão da mulher ainda está em desenvolvimento, sobretudo em países do terceiro mundo, pois o gênero é determinante da remuneração e da ocupação de cargos de liderança, para pessoas com a mesma formação. De uma forma mais abrangente, a inclusão representa a visibilidade social clara de igualdades e diferenças, numa sociedade que acolhe todos os seus indivíduos e busca estabelecer a igualdade por meio de formas de tratamento diferenciadas e personalizadas.

Neste contexto, o paternalismo é tão prejudicial à inclusão quanto a segregação, pois considera que sempre será improvável que o diferente cumpra as funções sociais de uma pessoa considerada semelhante ao modelo social constituído. Porém, mesmo que isso não seja possível, mesmo que o diferente apresente uma incapacidade que inviabilize sua participação social, nunca deve ser vetado seu direito a uma ou várias tentativas de fazê-lo. Um exemplo muito claro, relativo a esta questão, é o direito de se fazer representar publicamente, ou seja, o direito ao voto.

Até muito recentemente, no mundo, poucas pessoas tinham o direito ao voto, pois sempre existia uma vinculação, de origem nativista, cultural, financeira, de faixa etária, de gênero. Além disso, regimes totalitários consideravam que todo o seu povo não estava preparado para votar. O Brasil, que viveu os horrores de uma ditadura militar, teve praticamente toda a sua população civil excluída desse direito, reconquistado através de três décadas de movimento civil, nem sempre feito em bases pacíficas.

Hoje, praticamente todas as pessoas relativamente capazes têm o direito de votar no Brasil, inclusive os adolescentes e a vasta população de analfabetos. Porém, isso só representou uma verdadeira inclusão social no momento em que o povo elegeu, legitimamente, um presidente representativo dos grupos sociais anteriormente excluídos da participação política. Independentemente da sua capacidade pessoal de governar, a eleição de Luis Inácio Lula da Silva representou a inclusão das classes laboriosas na representatividade política, consolidada através da possibilidade da participação no processo legislativo.

A SOCIEDADE INFORMACIONAL E A INCLUSÃO

No contexto atual da Globalização, as formas de produção de bens estão sofrendo profundas mudanças. Os cientistas sociais falam em “Sociedade Informacional”, simbolizando o fim da Sociedade Industrial, com as profundas modificações no modo de vida que isso pode acarretar. Tem-se, por exemplo, a modificação do conceito de emprego, de consumo, de comunicação, tudo determinado pelo advento das tecnologias digitais.

Os novos desafios da sociedade, em um âmbito global, referem-se ao aprofundamento das diferenças sociais. Em algumas partes do mundo as pessoas morrem de fome e verminose, vivendo pior do que os ancestrais rupestres. Em outros lugares as pessoas ficam doentes pelo excesso de comida, mas não sentem segurança social para sair às ruas. O advento das tecnologias digitais de comunicação trouxe, à vista de todos os cidadãos do mundo, profundo desequilíbrio e exclusão, construindo um conhecimento novo, que vem para despertar em cada um a busca pela mudança.

Muito embora existam ainda grandes potências políticas internacionais agindo de forma egoísta, há a possibilidade de modificar a realidade de exclusão para todos os seres humanos. Quem vai garantir a energia necessária para a implementação dessas modificações e um futuro mais generoso e feliz para as futuras gerações será a Educação. O mundo tem chance de se modificar, sob a égide de valores edificantes, que superem os preconceitos, aceitem as identidades e diferenças individuais e proporcionem a todos a chance da participação social, por efeito de uma Educação libertadora, que desenvolva habilidades, competências, aplicabilidades éticas, amor ágape e solidariedade em todos os âmbitos da vida pública. A distribuição equânime dos recursos materiais do mundo, assim como o seu consumo responsável, virá como

consequência natural de uma sociedade bem educada e de mentalidade evoluída, que adotará a Inclusão como ideal buscado mundialmente.

O futuro da humanidade globalizada dependerá da inclusão proporcionada pela relação educacional, edificando um novo futuro para o estudante, antes excluído culturalmente, habitante do país subdesenvolvido, colocando-o intelectualmente em condições de inclusão, com habilidades e competências condizentes com as vivências tradicionais da sociedade, a comunicação nas linguagens digitais, com empregabilidade social, inserida de valores edificantes. Assim também, o estudante do país rico deverá ter recursos além da esfera material, preparando-se para conhecer e solidarizar-se com o diferente e lutar por seu bem estar e sua participação social, quando em condições desiguais.

“Onde estão os recursos materiais e humanos para a concretização desta ação social arrojada e inovadora?” Este é o cerne da problematização do desafio da humanidade no século vinte e um, para que a Sociedade da Informação não crie um abismo intransponível para dividir e destituir populações humanas de seus direitos inerentes de participação social. Para tal, é necessário inicialmente que a sociedade reconheça a existência da função social da cultura e do conhecimento, direcionando as políticas públicas de forma que, no lugar de iniciativas paternalistas ou “festivas”, ocorram as alterações nas vivências sociais e na gestão das instituições que representem a inclusão social desejável para o momento sócio-histórico atual.

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

A capacidade individual de acessar e produzir a informação, dentro de critérios de precisão e atualização, assim como o desenvolvimento do senso crítico necessário para articular essa informação e transformá-la em conhecimento são chamados, na Ciência da Informação, de Competência Informacional. O termo surgiu em 1974, no documento *The information service environment relationships and priorities*, elaborado pelo bibliotecário norte-americano Paul Zurkowsky. Segundo ele:

[...] os recursos de informação deveriam ser utilizados no trabalho para se lidar com as lacunas ou a resolução de problemas associados à tomada de decisões. Isso seria possível através do desenvolvimento de técnicas e habilidades para usar as ferramentas de informação, que possibilitassem a busca de informações no ambiente de trabalho. (ZURKOWSKY apud SILVA, 2009, p. 21)

As técnicas e habilidades citadas por Zurkowsky, juntamente com o fenômeno da convergência das mídias para os suportes digitais, ao longo dos anos 90, fizeram com que as necessidades atuais de comunicação, de obtenção de conhecimento e de fruição estética se dêem em nível informacional, progressivamente utilizando interfaces tecnológicas. Para atender a essa nova demanda social, constituiu-se a Ciência da Informação, de configuração interdisciplinar, agregando os conhecimentos da linguística, da sociologia, da matemática e das tecnologias às aplicações das disciplinas tradicionais do campo teórico da Informação.

O que caracteriza as disciplinas tradicionais, que formaram inicialmente o campo teórico da Informação, é a preocupação inicial voltada para o suporte. Assim, os seus nomes enfatizam sempre a mídia, que é o suporte acrescido da linguagem. A convergência das mídias para o suporte digital torna essa nomenclatura cada vez mais distante da prática profissional:

Biblioteconomia = Livros (entendidos como obras encadernadas em suportes folheáveis)

Museologia = Museu (o espaço é entendido como suporte, pois os objetos de arte e seu arranjo espacial são as fontes de informação)

Documentação = Documentos (bibliográficos, porém não tradicionais)

Arquivologia = Arquivos (entendidos como fundos documentários que emanam da administração privada ou pública)

Jornalismo = Jornais (entendidos como a imprensa escrita)

Mas, se existe uma denominação disciplinar, datada em um momento histórico anterior à Sociedade Informacional, também as práticas pedagógicas e andragógicas, vinculadas à apropriação dos bens culturais organizados pela atual Ciência da Informação, não foram atualizadas nem são agregantes de fontes não-tradicionais de conhecimento, por acaso as mais atualizadas, mais precisas e mais atuais do novo processo produtivo.

Assim, as modificações tecnológicas que transformaram o ciclo da informação e geraram a Ciência da Informação, determinaram novos paradigmas de produção, comunicação e uso, assim como inversamente determinaram o conjunto de

competências informacionais necessárias ao pleno usufruto dos conhecimentos, saberes e informações produzidas. Atualmente, todas as disciplinas tradicionais da Informação superaram, em sua função social, a denominação inicial, pois a convergência das mídias assim o determinou.

Se inicialmente a Ciência da Informação se preocupou com o desenvolvimento de instrumentos e técnicas de recuperação da informação em todos os suportes de conhecimento – tarefa na qual esteve sempre coroada de êxito –, a atualidade atribui um desafio ainda mais abrangente. É preciso também educar as pessoas, para que cada indivíduo possa desfrutar competentemente do conhecimento construído coletivamente pela humanidade e sistematizado pela Ciência da Informação. Neste sentido, a Gestão da Informação – área de práticas sociais em pleno crescimento no campo da Ciência da Informação –, bem como o conceito e as aplicações da Competência Informacional, tornam-se progressivamente interdisciplinares, à medida que existe uma apropriação de premissas, do campo da Educação e de vários outros campos da Ciência, para o pleno desenvolvimento das ações requeridas na Gestão da Informação.

Autores como Bernadete Campelo organizam uma terminologia própria, a partir do repertório de pesquisas que se dá em âmbito internacional, para categorizar a Competência Informacional por meio das seguintes expressões conceituais: Letramento Informacional, Fluência Informacional, Competência Informacional.

O conceito de Letramento, internacionalmente conhecido como Literacy, consolida o perfil interdisciplinar da Competência Informacional à medida que determina todo o ambiente social, as mídias e suas linguagens, assim como os ambientes educacionais reais e virtuais como mediadores de informações e conceitos, que necessitam de Gestão da Informação para que a difusão e a apropriação sejam democratizadas. Segundo Britto:

A introdução do termo letramento no Brasil resulta, como se sabe, da versão do termo inglês literacy, o qual tradicionalmente era traduzido por alfabetização. A opção por dar à palavra inglesa uma nova tradução advém dos sentidos que ela adquiriu devido às novas compreensões do que significaria objetivamente ser alfabetizado na sociedade contemporânea (particularmente nos países do Primeiro Mundo, onde a universalização da educação básica já ocorrera há pelo menos meio século) e ao desenvolvimento de pesquisas sobre escrita, compreendendo-a como algo mais que a cópia infiel da fala ou a

usurpadora do lugar original desta. Pode-se dizer, portanto, que a formulação e aplicação desse novo conceito resultaram das necessidades teóricas e práticas várias, em função dos avanços do modo de compreender as relações inter-humanas, dos processos de participação social e do acesso ao e construção do conhecimento. (BRITTO, 2003, p. 51).

Apontadas como questões vitais do Letramento, que influenciam diretamente a Competência Informacional, estão a formação de leitores e a oferta, pelas instituições sociais, de acesso à leitura de lazer e de formação continuada. Como ocorre exatamente o contrário, ou seja, as estruturas sociais não oferecem mínimas condições de acesso livre à leitura; o que ocorre é que a Educação e a Ciência da Informação não atingem seus objetivos plenamente, pois a leitura não se insere nas práticas sociais cotidianas. Percebe-se claramente na sociedade a ausência de Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Escolares, salas de leitura, desenvolvimento de acervos pessoais e familiares, entre outros que tais.

O conceito de Fluência Informacional é desenvolvido por estudiosos da informação como Suzana Muller e Jaime Robredo, cujas sínteses apontam para a vinculação entre os sistemas de informação e os próprios aspectos da psique humana. Segundo Robredo:

[...] parece ficar cada dia mais evidente que é necessário – seja-me permitida a metáfora – derrubar os muros e paredes que ainda delimitam os espaços institucionais de bibliotecas, arquivos, centros e serviços de informação e documentação, recolocando-os num ambiente de máxima visibilidade que os integre como componentes fundamentais de um sistema social, cuja missão é servir mais e melhor seus integrantes individuais ou coletivos. (ROBREDO, 2003, p. 123)

Para adquirir Fluência Informacional o leitor precisa passar a visualizar a informação contida nos textos como uma superestrutura que reúne, organiza e direciona o conjunto dos textos pesquisados. Na pesquisa, em âmbito escolar e universitário, significa que o “pesquisador-estudante” seja capaz de utilizar duas fontes ou mais na elaboração de um texto próprio, sendo que essas fontes não sejam “recortadas-e-coladas”, mas interpretadas e sintetizadas em texto próprio, com partes relevantes de conceitos e juízos citadas ao longo da redação própria.

A Competência Informacional, então, não é apenas compreendida como “Inclusão Digital”, pela Ciência da Informação, mas abrange os aspectos da leitura,

compreensão, produção intelectual própria, habilidades e competências para ensinar o que se sabe e aprender continuamente, apropriação de bons hábitos informacionais e gosto próprio pela leitura de lazer e de formação intelectual continuada.

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO ENSINO SUPERIOR INCLUSIVO: RENOVAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As pesquisas preditivas da Ciência da Informação indicam mudança profunda nos produtos e serviços informacionais das Bibliotecas Universitárias, pois são elas que podem representar o espaço coletivo dinâmico de apropriação cultural, diminuição do desnível inicial na situação de ingresso por cotas sociais; facilitadora da conversão de materiais de estudo para portadores de limitação sensorial, apresentadora das diferentes fontes de informação, conhecimento, e fruição e lazer cultural. Por conta disso, os modelos de avaliação de qualidade dos serviços bibliotecários universitários estão caindo na obsolescência com rapidez, entretanto, ainda não foram renovados os instrumentos oficiais de controle de qualidade.

O modelo de avaliação estruturado pela ISO 2789, de 2003, apesar das suas 52 páginas, não contempla os novos indicadores de qualidade das Bibliotecas Universitárias. As estatísticas internacionais, nas quais se baseia a referida norma, também não conseguem “cercar o problema”. Assim, os profissionais da Informação e seus parceiros cientistas, docentes, gestores universitários e analistas de sistemas, devem voltar à interpretação dos instrumentos tradicionais e sugerir que a avaliação deve ser tratada por similaridade entre os efeitos do serviço analógico e do digital.

Roswinda Poll – umas das maiores especialistas internacionais em leitura e pesquisa universitária – afirma que, quando são avaliados os serviços bibliotecários, os objetivos são similares, a despeito das interfaces (apud MELO, 2005, p. 43-44). Já que existe a dificuldade atual em controlar índices específicos, Poll recomenda a resposta a um conjunto de perguntas avaliativas, referentes ao acesso aos recursos informacionais, facilidades, suficiência de equipamentos, funcionalidade dos mesmos e se os serviços realmente “chegam à população” atendida.

Existem dois novos modelos de Biblioteca Universitária em implantação, superando o modelo atual e que, na década que se iniciará em 2010, determinarão as novas formas de trabalhar e avaliar os produtos e serviços: a Library Without Walls –

LWW (modelo desenvolvido no Reino Unido) e o Centro de Recursos para el Aprendizaje y Investigación – CRAI (modelo desenvolvido na Espanha).

O Centro de Pesquisas em Biblioteconomia e Gestão da Informação, de Manchester – CERLIM, conceituou o modelo de Biblioteca Universitária LWW, em 2002. Já está em organização, para 2010, o oitavo congresso sobre o tema, o LWW8.

O empresariado universitário e os ministérios da educação, em âmbito internacional, estão tecendo elogios e aprovando o modelo, pois são eliminadas despesas de edificação, compra de mobiliário e equipamentos, contratação de pessoal, assim como se transfere, parte das responsabilidades do acesso, para o próprio usuário.

O serviço de referência é substituído, na LWW, por uma interface digital, enfatizando a precisão da indexação na recuperação de informação e a necessidade de preparação e formação do usuário para traçar a estratégia de pesquisa sem ajuda. O acervo é totalmente digitalizado, como está ocorrendo na British Columbia University, para permitir a recuperação do documento completo na interface digital. O número de acessos será a principal fonte de informações sobre consulta, frequência e estudo de uso, como é feito em sítios da Internet, em geral. Com o aumento da potência de armazenamento e transmissão, ferramentas de “mineração” poderão ser introduzidas entre os instrumentos de busca, recuperando documentos por linguagem natural e imagens por descrição.

É óbvio que, como espelho da LWW, existe um perfil mínimo exigido do consulente, que deve ter plena familiaridade com a linguagem escrita formal, em sua língua; bom nível de Inglês; conhecimento da terminologia de sua área de estudos; possuir ou acessar micro-computadores em condições de mediar conexões de banda larga com boa estabilidade, para a pesquisa e a transferência de pacotes de dados sem corrupção. Ou seja, a Competência Informacional, em grande parte, precede a apropriação de bens culturais nesse modelo de Biblioteca Universitária.

O Centro de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación – CRAI, é um modelo que, a despeito do uso do mesmo conjunto de recursos da LWW, defende que as vivências presenciais e o contato com os suportes analógicos do conhecimento são importantes para o desenvolvimento da Competência Informacional, principalmente em situações de inclusão social. Segundo os dados oficiais do Ministério da Educação da Espanha, existe uma previsão de que 92% dos jovens espanhóis recém egressos do ensino médio ingressarão, em média, no nível superior, até 2015 (CASTRO FILHO,

2009, p. 111). Grande parte deles provenientes de famílias em que nenhum dos membros possui nível superior.

Os acadêmicos espanhóis entenderam que, para preparar melhor esse grande fluxo de estudantes, normalmente procedentes de famílias de baixa escolaridade, é preciso que as Bibliotecas Universitárias integrem presencialmente o processo educativo. O CRAI projeta um espaço no qual os estudantes cumprem parte dos seus créditos acadêmicos dentro das dependências da Biblioteca. Para tal, existe a necessidade de: maior número de funcionários trabalhando na área, inclusive melhor qualificados; presença de bibliotecários e docentes na Referência, que é o serviço tradicional de atendimento na área de leitura; aumento de espaço edificado e disponibilização de equipamentos e mobiliário, para acomodar os alunos no cumprimento de seus créditos; implementação de acervos em quantidade e qualidade, em diferentes mídias, suportes e linguagens, disponibilizando para empréstimo, leitura presencial e pesquisa analógica e digital; conexão inalâmblica (wireless), para convidar os estudantes e docentes a utilizar seu próprio equipamento na Biblioteca Universitária; programação de eventos culturais especialmente projetados para atrair novos leitores, sem atrapalhar as atividades nas áreas de leitura pesquisa.

O empresariado universitário e os Ministérios da Educação consideram o modelo do CRAI utópico, mesmo na Espanha, e não sinalizam a sua incorporação ao modelo universitário internacional. Infelizmente, o alunado europeu também não aprecia o modelo do CRAI, já que ele controla a frequência à Biblioteca Universitária, enquanto a tendência internacional é que deixe de existir a obrigatoriedade, até mesmo, às aulas presenciais.

A atual situação universitária e as implicações de novos modelos de educação superior, mais voltados para a profissionalização do que para o “pensamento superior”, indicam duas tendências para conceituar a qualidade em Bibliotecas Universitárias e renovar os instrumentos internacionais de avaliação: a qualidade pode ser determinada pela acessividade distancial das necessidades informacionais (informações propriamente ditas, documentos, textos integrais); a qualidade pode ser, pelo contrário, determinada pelos produtos e serviços possibilitados pela frequência e vivência em um espaço voltado para a leitura e para o desenvolvimento de Competência Informacional, que supere o utilitarismo.

Os novos critérios qualitativos da Biblioteca Universitária serão determinados pela implantação majoritária de um dos dois modelos descritos. Isso se dará pela diferença na filosofia de trabalho, que determinará a predominância de determinados indicadores, em detrimento de outros. Também devemos verificar que os atuais (e defasados) critérios de qualidade em Bibliotecas Universitárias já são sofregamente atingidos pelas instituições brasileiras, que lidam com uma relação de falta de recursos e excesso de demanda endêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social apresentou-se como uma questão realmente “explosiva” à academia, já que as preocupações com a qualidade e a capacitação do aluno ingressante são transferidas para a instituição superior, o que implica em modificações que se estendem desde os seus critérios de seleção, até a evolução das práticas de ensino e pesquisa, para um contexto de preocupação individual na formação do egresso. Ou seja, há que se preparar igualmente um grupo heterogêneo, que terá de agregar um conjunto de habilidades e competências que os preparem igualmente para as vivências sociais posteriores à graduação ou pós-graduação.

Sabendo-se, de antemão, que a cultura superior se encontra, em sua grande parte, armazenada nas diferentes linguagens bibliográficas, há que se presumir que a Competência Informacional, na situação universitária, necessariamente seja precedida da situação de letramento. Este, por sua vez, tem como mínimos pressupostos a familiarização com a leitura, a repetição, a formação de hábitos e a obtenção do prazer, obtidos apenas pela inserção social dos ambientes leitores no cotidiano do leitor novato.

O “nó górdio” da inclusão social, dessa forma, é exatamente a inexistência de estruturas sociais que caracterizem os ambientes de leitura desde a infância, como as bibliotecas familiares, escolares, públicas, comunitárias e associativas, que estão disponíveis apenas para determinados grupos sociais; os mesmos que até então ocuparam as cadeiras das melhores universidades e cursos superiores de maior status social do país. Isso sem contar com a escassez de obras bibliográficas em suportes amigáveis aos portadores de necessidades especiais, até o recente advento das mídias digitais. A Biblioteca Universitária, nessa nova situação de inclusão, agrega para si a responsabilidade atual do desenvolvimento da Competência Informacional, sem que

lhe fosse anteriormente garantida à condição material e as qualidades inerentes ao acervo, que deve incorporar as funções de lazer cultural além da formação continuada, além das práticas de pesquisa e aprendizagem superior.

Como recomendações advindas dessa problematização, os profissionais da Informação, assim como os docentes, em suas práticas de ensino e pesquisa, devem se preocupar fortemente em estabelecer vínculos emocionais entre os estudantes e a leitura, pois são elementos imprescindíveis na formação de hábitos e gostos leitores. Uma boa forma de fazê-lo é apresentar as obras de forma integral, propagando suas qualidades literárias, independentemente dos objetivos pragmáticos buscados pelo grupo por meio da leitura universitária.

Também se torna imprescindível o envolvimento e a aproximação dos docentes e dos profissionais da Informação, por meio de iniciativas de diálogo informal, ou até mesmo da formação de comitês de Biblioteca Universitária, versando sobre as diferentes áreas do conhecimento. Isso evitaria, por exemplo, a indicação de títulos repetitivos, insatisfatórios, desatualizados, que só agravam a situação, já que a monotonia e a falta de qualidade repelem o leitor potencial. O colorido de um acervo bem diversificado e atualizado representa mais um estímulo à busca pela leitura, que já compete, naturalmente, com tantas outras atividades prazerosas e mais acessíveis aos estudantes.

Para completar o raciocínio, é importante afirmar que todo esse esforço não pode ser encarado como uma mera outorga de oportunidades para “os menos favorecidos”, pois uma pessoa que tenha crescido em um meio carente e adverso pode possuir um talento único, inigualável, cujo desperdício atrasa o desenvolvimento do país. Portanto, promover a inclusão universitária não é uma situação de paternalismo, é uma oportunidade de crescimento real da intelectualidade brasileira e da formação de discursos sociais transversos e diferenciados, por meio da prospecção de potenciais intelectuais antes desperdiçados.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento: questões no debate contemporâneo.** In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.) *A responsabilidade social da Ciência da Informação.* Anais... X ENANCIB. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 1513- 1526.

BARI, Valéria Aparecida. **Por uma epistemologia da educomunicação**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes ECA/USP, São Paulo, 2002.

BARI, Valéria Aparecida. **O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes ECA/USP. São Paulo, 2008.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação**. In: RIBEIRO, Vera Massagão (Org.) *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p. 47-63.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARVALHO, Kátia de; **SCHWARZELMÜLLER**, Anna Friederika. **O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções**. Salvador: EDUFBA, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1)

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. **O modelo europeu para o Centro de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI) e as bibliotecas universitárias brasileiras: convergências e divergências**. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes ECA/USP. São Paulo, 2009.

FERREIRA, Valdinéia Barreto. **Acesso e uso dos repositórios digitais: comportamento informacional dos pesquisadores da Ciência da Informação no Brasil**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

JAMBEIRO, Othon (Org.) **Socializando informações, reduzindo distâncias**. Salvador: UFBA/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

JAMBEIRO, Othon et all (Org.) **Informação: contextos e desafios**. Salvador: UFBA/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

LAVILLE, Christian; **DIONNE**, Jean. **A construção do saber**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MELO, Luiza Baptista. **Indicadores específicos para bibliotecas e serviços de informação**. In: FERRARI, Adriana Cybele et all. *Qualidade em serviços de informação: uma experiência de EAD*. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas SIBI/USP, 2005.

PINSKY, Jaime; **PINSKY**, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SARAVALI, Eliane Gianchetto. **Dificuldades de aprendizagem no ensino superior: reflexões a partir da perspectiva piagetiana**. ETD-Educação Temática Digital.

Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 2, jun. 2005, p. 99-127. Disponível em: < [HTTP://143.106.58.55/revista.php](http://143.106.58.55/revista.php)>. Acesso em: 08 dez. 2009.

SILVA, Lucia Vera da. Competências em informação dos estudantes de graduação para a elaboração dos trabalhos acadêmicos: a contribuição das bibliotecas universitárias da UFBA. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

VELASCO, Juliana Oliveira. O uso do livro eletrônico na prática científica. Dssertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro. Qualidade em serviços de informação. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes ECA/USP, 2000. (Tese de Livre Docência).